

SUMÁRIO

DIREITO DO CONSUMIDOR.....	2
EDIÇÃO N. 39: DIREITO DO CONSUMIDOR I.....	3
EDIÇÃO N. 42: DIREITO DO CONSUMIDOR II.....	10
EDIÇÃO N. 74: DIREITO DO CONSUMIDOR III.....	18
EDIÇÃO N. 160: DIREITO DO CONSUMIDOR - IV.....	26
EDIÇÃO N. 161: DIREITO DO CONSUMIDOR - V.....	30
EDIÇÃO N. 162: DIREITO DO CONSUMIDOR - VI.....	34
EDIÇÃO N. 163: DIREITO DO CONSUMIDOR - VII.....	39
EDIÇÃO N. 164: DIREITO DO CONSUMIDOR - VIII.....	44
EDIÇÃO N. 165: DIREITO DO CONSUMIDOR - IX.....	48

DIREITO DO CONSUMIDOR

Edição n. 39 Brasília, 19 de agosto de 2015

As teses apresentadas foram elaboradas após pesquisa na base de dados de Jurisprudência do STJ atualizada até 01/07/2015.

Este periódico não é um repositório oficial de jurisprudência.

EDIÇÃO N. 39: DIREITO DO CONSUMIDOR I

1. O Superior Tribunal de Justiça admite a mitigação da teoria finalista para autorizar a incidência do Código de Defesa do Consumidor - CDC nas hipóteses em que a parte (pessoa física ou jurídica), apesar de não ser destinatária final do produto ou serviço, apresenta-se em situação de vulnerabilidade.

Julgados: [AgRg no AREsp 601234/DF](#), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 21/05/2015; [AgRg no AREsp 415244/SC](#), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 19/05/2015; [AgRg no REsp 1321083/PR](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 25/09/2014; [AgRg no AREsp 426563/PR](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 12/06/2014; [AgRg no REsp 1413889/SC](#), Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJe 02/05/2014; [AgRg no AREsp 439263/SP](#), Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJe 04/04/2014; [REsp 567192/SP](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 29/10/2014; [EDcl no AREsp 265845/SP](#), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 01/08/2013; [AREsp 588646/SP](#) (decisão monocrática), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, publicado em 15/06/2015; [REsp 1500994/RS](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, publicado em 10/04/2015;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 510)

2. A inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC, não ocorre ope legis, mas ope iudicis, vale dizer, é o juiz que, de forma prudente e fundamentada, aprecia os aspectos de verossimilhança das alegações do consumidor ou de sua hipossuficiência.

Julgados: [AgRg no REsp 1151023/RJ](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 15/06/2015; [AgRg no AREsp 648795/RJ](#), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 30/04/2015; [AgRg no AREsp 613785/SC](#), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 26/03/2015; [AgRg no AREsp 576387/RS](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 08/04/2015; [AgRg no AREsp 545976/SP](#), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe 15/12/2014; [AgRg no AREsp 561330/DF](#), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 21/10/2014; [AgRg no AREsp 521515/SP](#), Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJe 05/09/2014; [AgRg no AREsp 135322/SP](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 24/04/2013; [AgRg no REsp 1216562/SP](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 10/09/2012; [AgRg no Ag 828618/PR](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 13/09/2011;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 489)

3. A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade. (Súmula n. 382/STJ)

Julgados: [AgRg no AREsp 544154/MS](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 15/06/2015; [AgRg no AgRg no AREsp 617348/MS](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 28/04/2015; [AgRg nos EDcl no AgRg no Ag 1405842/RS](#), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 23/04/2015; [AgRg no AREsp 554817/RS](#), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe 27/03/2015; [AgRg no REsp 1466789/RS](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 10/03/2015; [AgRg no AREsp 564360/RS](#), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 05/03/2015; [REsp 1487562/RS](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 03/06/2015; [AgRg no AREsp 287604/RS](#), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 01/12/2014; [AgRg nos EDcl no AREsp 487704/PR](#), Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJe 28/11/2014; [AgRg no AREsp 533578/RS](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 07/10/2014;

(Vide Súmula Anotada N. 382/STJ)

4. A vedação à denunciação da lide prevista no art. 88 do CDC não se restringe à responsabilidade de comerciante por fato do produto (art. 13 do CDC), sendo aplicável também nas demais hipóteses de responsabilidade civil por acidentes de consumo (arts. 12 e 14 do CDC).

Julgados: [AgRg no AREsp 619161/PR](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 13/04/2015; [AgRg no AgRg no AREsp 546629/SP](#), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 11/03/2015; [EDcl no Ag 1249523/RJ](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 20/06/2014; [REsp 1286577/SP](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 23/09/2013; [REsp 1165279/SP](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 28/05/2012; [REsp 1483947/SP](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, publicado em 18/05/2015; [AREsp 589798/RJ](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, publicado em 06/05/2015; [AREsp 679850/SP](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, publicado em 11/05/2015; [AREsp 336815/PR](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, publicado em 27/04/2015; [AREsp 164835/RJ](#) (decisão monocrática), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, publicado em 07/04/2015;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 498)

5. Em demanda que trata da responsabilidade pelo fato do produto ou do serviço (arts. 12 e 14 do CDC), a inversão do ônus da prova decorre da lei (ope legis), não se aplicando o art. 6º, inciso VIII, do CDC.

Julgados: [REsp 1262132/SP](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 03/02/2015; [AgRg no AREsp 402107/RJ](#), Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJe 09/12/2013; [REsp 1331628/DF](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 12/09/2013; [AgRg no REsp 1085123/MG](#), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 23/08/2013; [REsp 1520987/GO](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, publicado em 01/06/2015;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 472)

6. A redução da multa moratória para 2% prevista no art. 52, § 1º, do CDC aplica-se às relações de consumo de natureza contratual, não incidindo sobre as sanções tributárias, que estão sujeitas à legislação própria de direito público. (Tese julgada sob o rito do art 543-C do CPC)

Julgados: [AgRg nos EDcl no AREsp 596500/RS](#), Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 19/12/2014; [REsp 1164662/SP](#), Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, DJe 08/09/2010; [AgRg no REsp 1120361/SP](#), Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, PRIMEIRA TURMA, DJe 16/04/2010; [AgRg no REsp 1168789/SP](#), Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 06/04/2010; [REsp 963528/PR](#), Rel. Ministro LUIZ FUX, CORTE ESPECIAL, DJe 04/02/2010; [AREsp 581391/SP](#) (decisão monocrática), Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, publicado em 15/04/2015; [REsp 1474589/PR](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, publicado em 15/12/2014; [REsp 1263361/SP](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, publicado em 01/09/2014; [AREsp 218320/SC](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, publicado em 01/10/2012;

7. A devolução em dobro dos valores pagos pelo consumidor, prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC, pressupõe tanto a existência de pagamento indevido quanto a má-fé do credor.

Julgados: [AgRg no AgRg no AREsp 618411/MS](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 24/06/2015; [AgRg no AgRg no AREsp 600663/RS](#), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 19/05/2015; [AgRg no AREsp 439822/RS](#), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 18/05/2015; [AgRg no AREsp 460436/SP](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 14/04/2015; [AgRg no REsp 1200821/RJ](#), Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJe 13/02/2015; [AgRg no AREsp 617419/PR](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 03/02/2015; [AgRg no AREsp 551275/RS](#), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 19/12/2014; [AgRg no AREsp 514579/RS](#), Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 28/10/2014; [AgRg no REsp 1441094/PB](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 01/09/2014; [AgRg no REsp 1424498/RJ](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 19/08/2014;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 418)

8. Não se aplica o Código de Defesa do Consumidor à relação contratual entre advogados e clientes, a qual é regida pelo Estatuto da Advocacia e da OAB - Lei n. 8.906/94.

Julgados: [AgRg nos EDcl no REsp 1474886/PB](#), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 26/06/2015; [REsp 1134709/MG](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 03/06/2015; [REsp 1371431/RJ](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 08/08/2013; [REsp 1150711/MG](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 15/03/2012; [REsp 1123422/PR](#), Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, DJe 15/08/2011; [AgRg no Ag 1380692/SC](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 30/05/2011; [REsp 1535211/SC](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, publicado em 19/06/2015; [REsp 1500600/MA](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, publicado em 24/02/2015; [REsp 1174402/PR](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, publicado em 13/11/2013; [AREsp 184544/RJ](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, publicado em 11/10/2013;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 493)

9. Não é abusiva a cláusula de cobrança de juros compensatórios incidentes em período anterior à entrega das chaves nos contratos de compromisso de compra e venda de imóveis em construção sob o regime de incorporação imobiliária.

Julgados: [AgRg no Ag 1252154/SP](#), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 30/06/2015; [AgRg no REsp 1504443/RJ](#), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 29/05/2015; [AgRg no REsp 1187142/SP](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 21/10/2014; [AgRg no Ag 1384004/RJ](#), Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJe 25/06/2014; [AgRg no REsp 1340563/RJ](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 12/09/2013; [REsp 737267/DF](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 16/04/2013; [AgRg no REsp 1225437/RJ](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 04/02/2013; [AgRg no AREsp 048968/MG](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 18/10/2012; [EResp 670117/PB](#), Rel. Ministro SIDNEI BENETI, Rel. p/ Acórdão Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 26/11/2012; [REsp 1382651/SE](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, publicado em 16/03/2015;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 499)

10. Considera-se consumidor por equiparação (bystander), nos termos do art. 17 do CDC, o terceiro estranho à relação consumerista que experimenta prejuízos decorrentes do produto ou serviço vinculado à mencionada relação, bem como, a teor do art. 29, as pessoas determináveis ou não expostas às práticas previstas nos arts. 30 a 54 do referido código.

Julgados: [REsp 1324125/DF](#), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 12/06/2015; [AgRg no AREsp 479632/MS](#), Rel. Ministra ASSUETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 03/12/2014; [EDcl no REsp 1162649/SP](#), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 10/10/2014; [REsp 1354348/RS](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 16/09/2014; [REsp 1374726/MA](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 08/09/2014; [REsp 1370139/SP](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 12/12/2013; [REsp 567192/SP](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 29/10/2014; [AgRg nos EDcl no AgRg no Ag 1289063/SP](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 24/09/2012; [REsp 1251137/SP](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, publicado em 18/11/2014; [AREsp 556363/MG](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, publicado em 05/11/2014;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 542)

11. A ação de repetição de indébito de tarifas de água e esgoto sujeita-se ao prazo prescricional estabelecido no Código Civil. (Súmula n. 412/STJ)

Julgados: [AgRg no REsp 1516647/RS](#), Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 22/05/2015; [AgRg no AREsp 649352/SP](#), Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 15/05/2015; [AgRg no AREsp 418584/SP](#), Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe 12/05/2015; [AgRg no AREsp 493479/RJ](#), Rel. Ministra ASSUETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 19/12/2014; [AgRg no AREsp 594257/SP](#), Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 21/11/2014; [AgRg no AREsp 555455/RJ](#), Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 23/09/2014; [EDcl no AREsp 454073/PR](#), Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe 12/08/2014; [AgRg no AREsp 401564/RJ](#), Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 08/05/2014; [AgRg no AREsp 443598/RJ](#), Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 25/02/2014; [AgRg nos EREsp 1325390/SP](#), Rel. Ministra LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, DJe 06/02/2014; [REsp 1113403/RJ](#), Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 15/09/2009;

(Vide Súmula Anotada N. 412/STJ)

12. É descabida a aplicação do Código de Defesa do Consumidor alheia às normas específicas inerentes à relação contratual de previdência privada complementar e à modalidade contratual da transação, negócio jurídico disciplinado pelo Código Civil, inclusive no tocante à disciplina peculiar para o seu desfazimento.

Julgados: [EDcl no AREsp 603176/SC](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 25/06/2015; [AgRg no REsp 1514181/SC](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 02/06/2015; [AgRg nos EDcl no REsp 1500632/SC](#), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe 12/05/2015; [AgRg no REsp 1509350/SC](#), Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJe 04/05/2015;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 550)

Edição n. 42 Brasília, 30 de setembro de 2015

As teses apresentadas foram elaboradas após pesquisa na base de dados de Jurisprudência do STJ atualizada até 04/09/2015.

Este periódico não é um repositório oficial de jurisprudência.

EDIÇÃO N. 42: DIREITO DO CONSUMIDOR II

1. Na avaliação do risco de crédito, devem ser respeitados os limites estabelecidos pelo sistema de proteção do consumidor no sentido da tutela da privacidade e da máxima transparência nas relações negociais, conforme previsão do Código de Defesa do Consumidor - CDC e da Lei n. 12.414/2011. (Tese julgada sob o rito do art. 543-C do CPC/1973 - TEMA 710)

Julgados: [EDcl no REsp 1419691/RS](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJE 03/02/2015; [REsp 1457199/RS](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, DJE 17/12/2014; [REsp 1422230/RS](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, Publicado em 09/09/2015; [AREsp 630880/SP](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, Publicado em 08/09/2015;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 551) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto)

2. Nos contratos bancários posteriores ao Código de Defesa do Consumidor incide a multa moratória nele prevista (Súmula n. 285/STJ).

Julgados: [AgRg no REsp 1243240/SC](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJE 27/11/2014; [AgRg no REsp 1197946/MA](#), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJE 04/10/2013; [AgRg no Ag 1416127/SC](#), Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJE 01/07/2013; [EDcl no Ag 1247165/RS](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJE 03/04/2013; [AgRg no REsp 1190391/MS](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJE 28/09/2012; [AgRg no REsp 1121432/MG](#), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJE 23/09/2011; [AgRg no REsp 539814/RS](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJE 08/06/2011; [REsp 960912/SC](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, Publicado em 16/04/2013;

(Vide Súmula Anotada N. 285/STJ)

3. A instituição de ensino superior responde objetivamente pelos danos causados ao aluno em decorrência da falta de reconhecimento do curso pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC.

Julgados: [REsp 1244685/SP](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJE 17/10/2013;

4. A instituição de ensino superior responde objetivamente pelos danos causados ao aluno em decorrência da falta de reconhecimento do curso pelo MEC, quando violado o dever de informação ao consumidor.

Julgados: [AgRg no AREsp 651099/PR](#), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJE 03/06/2015; [REsp 1232773/SP](#), Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJE 03/04/2014; [REsp 1230135/MT](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJE 11/12/2012; [AREsp 715860/SP](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, Publicado em 01/07/2015; [AREsp 284036/RJ](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, Publicado em 05/11/2014; [AREsp 286138/SP](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, Publicado em 05/04/2013;

5. É cabível indenização por dano moral quando o consumidor de veículo zero-quilômetro necessita retornar à concessionária por diversas vezes para reparo de defeitos apresentados no veículo.

Julgados: [AgRg no AREsp 692459/SC](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJE 23/06/2015; [AgRg no AREsp 453644/PR](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJE 22/06/2015; [AgRg no AREsp 672872/PR](#), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJE 10/06/2015; [AgRg no AREsp 533916/RJ](#), Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJE 11/05/2015; [AgRg no REsp 1368742/DF](#), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJE 24/03/2015; [AgRg no AREsp 385994/MS](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJE 10/12/2014; [REsp 1443268/DF](#), Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJE 08/09/2014; [REsp 1395285/SP](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJE 12/12/2013; [AREsp 677101/DF](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, Publicado em 07/05/2015; [REsp 1405325/SP](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, Publicado em 18/06/2014;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 544)

6. A constatação de defeito em veículo zero-quilômetro revela hipótese de vício do produto e impõe a responsabilização solidária da concessionária e do fabricante.

Julgados: [AgRg no AREsp 661420/ES](#), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJE 10/06/2015; [EDcl no REsp 567333/RN](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJE 28/06/2013; [REsp 611872/RJ](#), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJE 23/10/2012; [REsp 547794/PR](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJE 22/02/2011; [REsp 912772/RS](#), Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, DJE 11/11/2010; [REsp 1533282/RS](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, Publicado em 14/08/2015;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 505)

7. As bandeiras ou marcas de cartão de crédito respondem solidariamente com os bancos e as administradoras de cartão de crédito pelos danos decorrentes da má prestação de serviços.

Julgados: [AgRg no AREsp 596237/SP](#), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJE 12/02/2015; [PET no AgRg no REsp 1391029/SP](#), Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJE 17/02/2014; [AgRg no REsp 1116569/ES](#), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJE 04/03/2013; [REsp 1058221/PR](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJE 14/10/2011; [AREsp 079411/MG](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, Publicado em 09/12/2014; [AREsp 737321/RJ](#) (decisão monocrática), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, Publicado em 07/08/2015; [AREsp 583130/RJ](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, Publicado em 01/10/2014; [AREsp 211828/RJ](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, Publicado em 16/10/2013;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 409)

8. É dispensável o aviso de recebimento (AR) na carta de comunicação ao consumidor sobre a negativação de seu nome em bancos de dados e cadastros. (Tese julgada sob o rito do art. 543-C do CPC/1973 - TEMA 59) (Súmula n. 404/STJ)

Julgados: [AgRg no REsp 1320418/MS](#), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJE 23/04/2015; [AgRg no REsp 914283/RJ](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJE 22/04/2015; [AgRg no AREsp 439026/SP](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJE 05/03/2015; [AgRg no AREsp 276030/RS](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJE 17/06/2014; [AgRg no REsp 1416838/RJ](#), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJE 06/03/2014; [REsp 1033274/MS](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJE 27/09/2013; [AgRg no REsp 1007450/RS](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJE 17/09/2012; [AREsp 656905/RS](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, Publicado em 01/07/2015; [REsp 1507867/RS](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, Publicado em 15/05/2015; [Rcl 019290/MS](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, Publicado em 24/03/2015;

(Vide Súmula Anotada N. 404/STJ) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto)

9. A ausência de prévia comunicação ao consumidor da inscrição do seu nome em cadastros de proteção ao crédito, prevista no art. 43, § 2º, do CDC, enseja o direito à compensação por danos morais. (Tese julgada sob o rito do art. 543-C do CPC/1973 - TEMA 40)

Julgados: [AgRg nos EDcl no AREsp 146564/SP](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJE 01/10/2014; [AgRg no AREsp 098098/RS](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJE 19/08/2013; [AgRg no REsp 1248956/RS](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJE 18/09/2012; [AgRg no REsp 1222421/RS](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJE 27/08/2012; [AgRg no AREsp 140884/SP](#), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJE 15/08/2012; [EDcl no AgRg no REsp 665338/SC](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJE 09/08/2012; [Rcl 004598/SC](#), Rel. Ministro SIDNEI BENETI, SEGUNDA SEÇÃO, DJE 05/05/2011; [REsp 1538316/SC](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, Publicado em 05/08/2015; [REsp 1507896/RS](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, Publicado em 05/06/2015; [REsp 1507841/RS](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, Publicado em 19/05/2015; [Rcl 010365/SC](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, Publicado em 19/05/2015;

(Vide Repetitivos Organizados por Assunto)

10. Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento.(Tese julgada sob o rito do art. 543-C do CPC/1973 - TEMA 41) (Súmula n. 385/STJ)

Julgados: [AgRg no AREsp 677463/SP](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJE 03/08/2015; [AgRg no REsp 1518352/RS](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJE 19/05/2015; [AgRg no REsp 1502831/RS](#), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJE 20/05/2015; [AgRg no AREsp 477143/MS](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJE 06/05/2015; [AgRg no REsp 1440505/MG](#), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJE 23/03/2015; [AgRg no AREsp 645529/SP](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJE 18/03/2015; [AgRg no AREsp 560188/MG](#), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJE 20/02/2015; [AgRg no AREsp 055064/SP](#), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJE 28/11/2014; [AgRg no AREsp 076940/RS](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJE 25/09/2014; [AgRg no AREsp 215440/RJ](#), Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJE 23/08/2013;

(Vide Súmula Anotada N. 385/STJ)

11. A agência de turismo que comercializa pacotes de viagens responde solidariamente, nos termos do art. 14 do CDC, pelos defeitos na prestação dos serviços que integram o pacote.

Julgados: [AgRg no AREsp 461448/RS](#), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJE 16/12/2014; [AgRg no REsp 1453920/CE](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJE 15/12/2014; [AgRg no Ag 1319480/RJ](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJE 14/03/2014; [REsp 1102849/RS](#), Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJE 26/04/2012; [REsp 888751/BA](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJE 27/10/2011; [AREsp 604471/RJ](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, Publicado em 05/03/2015; [AREsp 564388/RS](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, Publicado em 06/10/2014; [AREsp 310120/RS](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, Publicado em 21/10/2013; [AREsp 037859/RJ](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, Publicado em 27/09/2013;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 484) (Vide Legislação Aplicada LEI 8.078/1990 - CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - Art. 14)

12. O início da contagem do prazo de decadência para a reclamação de vícios do produto (art. 26 do CDC) se dá após o encerramento da garantia contratual.

Julgados: [REsp 984106/SC](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJE 20/11/2012; [REsp 547794/PR](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJE 22/02/2011; [REsp 1021261/RS](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJE 06/05/2010; [AREsp 467098/MS](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, Publicado em 13/04/2015; [REsp 1130418/RS](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, Publicado em 05/12/2014; [AREsp 134469/ES](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, Publicado em 26/09/2014; [REsp 1327725/RJ](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, Publicado em 20/08/2014; [Ag 1184262/MG](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, Publicado em 02/04/2012;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 506)

13. A empresa responde, perante o cliente, pela reparação de dano ou furto de veículo ocorridos em seu estacionamento. (Súmula n. 130/STJ).

Julgados: [AgRg no REsp 1523947/SP](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJE 03/08/2015; [AgRg no AREsp 590239/SP](#), Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJE 18/03/2015; [AgRg no AREsp 603026/SP](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJE 05/03/2015; [REsp 1269691/PB](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJE 05/03/2014; [AREsp 327168/SP](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, Publicado em 27/03/2015; [REsp 1408498/SC](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, Publicado em 25/08/2015; [REsp 1535751/MG](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, Publicado em 05/08/2015; [Rcl 021882/RS](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, Publicado em 04/11/2014;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 534) (Vide Súmula Anotada N. 130/STJ)

14. O roubo no interior de estacionamento de veículos, pelo qual seja direta ou indiretamente responsável a instituição financeira, não caracteriza caso fortuito ou motivo de força maior capaz de desonerá-la da responsabilidade pelos danos suportados por seu cliente vitimado, existindo solidariedade se o estacionamento for explorado por terceiro.

Julgados: [AgRg no AREsp 613850/SP](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJE 05/08/2015; [AgRg no AREsp 376268/SP](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJE 06/03/2014; [AgRg no AREsp 137354/PR](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJE 19/02/2014; [AgRg no AREsp 327434/SP](#), Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJE 29/08/2013; [AgRg no AREsp 025280/SP](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJE 11/06/2013; [AgRg no AREsp 175727/SP](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJE 18/04/2013; [REsp 1232795/SP](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJE 10/04/2013; [AgRg no AREsp 195736/SP](#), Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, DJE 13/11/2012; [AgRg nos EDcl no REsp 844186/RS](#), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJE 29/06/2012; [AREsp 638649/SP](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, Publicado em 18/02/2015;

15. O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras. (Súmula n. 297/STJ)

Julgados: [AgRg no AREsp 372889/RJ](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJE 25/05/2015; [REsp 1521393/RJ](#), Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJE 12/05/2015; [AgRg no REsp 1484136/DF](#), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJE 04/02/2015; [AgRg no AREsp 223866/RJ](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJE 15/12/2014; [AgRg no Ag 1404888/SC](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJE 10/11/2014; [AgRg no REsp 1135068/RS](#), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJE 08/09/2014; [REsp 1187365/RO](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJE 25/08/2014; [AgRg no AREsp 658608/ES](#), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJE 17/08/2015;

(Vide Súmula Anotada N. 297/STJ)

16. As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias. (Tese julgada sob o rito do art. 543-C do CPC/1973 - TEMA 466) (Súmula n. 479/STJ)

Julgados: [AgRg no AREsp 424008/RJ](#), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJE 18/05/2015; [AgRg no AREsp 522460/DF](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJE 07/05/2015; [AgRg no AREsp 491894/DF](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJE 20/04/2015; [AgRg no AREsp 602968/SP](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJE 10/12/2014; [AgRg no AREsp 355215/SP](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJE 01/10/2014; [AgRg no AREsp 353681/SP](#), Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJE 01/09/2014; [AgRg no AREsp 486966/SP](#), Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJE 25/06/2014; [AgRg no Ag 1388725/SP](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJE 13/03/2013; [REsp 1486761/AL](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, Publicado em 14/08/2015;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 542) (Vide Súmula Anotada N. 479/STJ)

17. A decadência do art. 26 do CDC não é aplicável à prestação de contas para obter esclarecimentos sobre cobrança de taxas, tarifas e encargos bancários. (Tese julgada sob o rito do art. 543-C do CPC/1973 - TEMA 449)(Súmula n. 477/STJ)

Julgados: [AgRg no AREsp 242378/PR](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJE 28/02/2014; [REsp 1373391/PR](#), Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJE 01/08/2013; [AgRg no AREsp 186901/MG](#), Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJE 13/06/2013; [AgRg no REsp 1108567/PR](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJE 11/12/2012; [AgRg no REsp 1064135/PR](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJE 26/03/2012; [REsp 1117614/PR](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, DJE 10/10/2011; [AREsp 628486/PR](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, Publicado em 03/08/2015; [REsp 1539279/PR](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, Publicado em 03/08/2015; [AREsp 539511/MG](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, Publicado em 25/11/2014;

(Vide Súmula Anotada N. 477/STJ) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto) (Vide Legislação Aplicada LEI 8.078/1990 - CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - Art. 26)

Edição n. 74 Brasília, 8 de fevereiro de 2017

As teses apresentadas foram elaboradas após pesquisa na base de dados de Jurisprudência do STJ atualizada até 25/11/2016.

Este periódico não é um repositório oficial de jurisprudência.

EDIÇÃO N. 74: DIREITO DO CONSUMIDOR III

1. A relação entre concessionária de serviço público e o usuário final para o fornecimento de serviços públicos essenciais é consumerista, sendo cabível a aplicação do Código de Defesa do Consumidor - CDC.

Julgados: [REsp 1595018/RJ](#), Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJE 29/08/2016; [AgRg no REsp 1421766/RS](#), Rel. Ministro OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), PRIMEIRA TURMA, DJE 04/02/2016; [REsp 1396925/MG](#), Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, CORTE ESPECIAL, DJE 26/02/2015; [AgRg no AREsp 479632/MS](#), Rel. Ministra ASSUSETTE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJE 03/12/2014; [AgRg no AREsp 546265/RJ](#), Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJE 15/10/2014; [AgRg no AREsp 372327/RJ](#), Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, DJE 18/06/2014;

(Vide Legislação Aplicada LEI 8.078/1990 - CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - Art. 22)

2. As empresas públicas, as concessionárias e as permissionárias prestadoras de serviços públicos respondem objetivamente pelos danos causados a terceiros, nos termos do art. 37, §6º da Constituição Federal e dos art. 14 e 22 do Código de Defesa do Consumidor.

Julgados: [REsp 974138/SP](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJE 09/12/2016; [REsp 1469087/AC](#), Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJE 17/11/2016; [AgInt no AgRg no Ag 1225135/SP](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJE 12/08/2016; [AgRg no AREsp 586409/PR](#), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJE 13/08/2015; [EResp 1097266/PB](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, DJE 24/02/2015; [AgRg no AREsp 479632/MS](#), Rel. Ministra ASSUSETTE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJE 03/12/2014;

(Vide Legislação Aplicada LEI 8.078/1990 - CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - Art. 14 e LEI 8.078/1990 - CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - Art. 22)

3. É obrigatória a restituição em dobro da cobrança indevida de tarifa de água, esgoto, energia ou telefonia, salvo na hipótese de erro justificável (art. 42, parágrafo único, do CDC), que não decorra da existência de dolo, culpa ou má-fé.

Julgados: [AgRg no AREsp 642115/RS](#), Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJE 10/10/2016; [AgRg no AREsp 672481/RS](#), Rel. Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), SEGUNDA TURMA, DJE 12/08/2016; [AgRg no REsp 1348883/RJ](#), Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJE 11/03/2016; [AgRg no AREsp 550660/RJ](#), Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJE 15/12/2015; [AgRg no Ag 1269061/RJ](#), Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJE 13/10/2015; [AgRg no REsp 1525141/RS](#), Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJE 30/09/2015;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 440) (Vide Legislação Aplicada LEI 8.078/1990 - CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - Art. 42)

4. Constitui prática comercial abusiva o envio de cartão de crédito sem prévia e expressa solicitação do consumidor, configurando-se ato ilícito indenizável e sujeito à aplicação de multa administrativa. (Súmula n. 532/STJ)

Julgados: [EDcl no AREsp 528668/SP](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJE 26/08/2014; [AgRg no AREsp 275047/RJ](#), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJE 29/04/2014; [REsp 1261513/SP](#), Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJE 04/09/2013; [REsp 1199117/SP](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJE 04/03/2013; [AgRg no AREsp 105445/SP](#), Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, DJE 22/06/2012; [AgRg no AREsp 033418/RJ](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJE 09/04/2012;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 511) (Vide Súmula Anotada N. 532/STJ) (Vide Pesquisa Pronta) (Vide Jurisprudência em Teses N. 48 - TEMA 3)

5. É objetiva a responsabilidade civil das instituições financeiras pelos crimes ocorridos no interior do estabelecimento bancário por se tratar de risco inerente à atividade econômica (art. 14 do CDC).

Julgados: [AgRg no REsp 1353504/SP](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJE 07/08/2015; [REsp 1183121/SC](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJE 07/04/2015; [AgRg no AREsp 162062/SP](#), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJE 19/12/2014; [AgRg no AREsp 405583/SP](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJE 21/02/2014; [AgRg nos EDcl no AREsp 355050/GO](#), Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJE 03/12/2013; [AgRg no REsp 1273445/SP](#), Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, DJE 02/03/2012;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 518) (Vide Legislação Aplicada LEI 8.078/1990 - CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - Art. 14)

6. É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada - art. 51, §1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante as peculiaridades do julgamento em concreto. (Tese julgada sob o rito do art. 543-C do CPC/73 - Tema 27)

Julgados: [AgRg no REsp 1398568/RS](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJE 03/10/2016; [AgInt no AREsp 880334/RS](#), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJE 12/09/2016; [AgRg no AREsp 649935/MS](#), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJE 16/08/2016; [AgInt no AREsp 710019/MS](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJE 06/05/2016; [AgRg no AgRg no AREsp 770625/SP](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJE 07/03/2016; [AgRg no AREsp 795320/MG](#), Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJE 04/03/2016; [REsp 1061530/RS](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, DJE 10/03/2009;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 373) (Vide Jurisprudência em Teses N. 48 - TEMA 1) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto) (Vide Legislação Aplicada LEI 8.078/1990 - CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - Art. 51)

7. Não existindo anotação irregular nos órgãos de proteção ao crédito, a mera cobrança indevida de serviços ao consumidor não gera danos morais presumidos.

Julgados: [AgRg no REsp 1526883/RS](#), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJE 04/10/2016; [AgRg no AREsp 673562/RS](#), Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJE 23/05/2016; [AgRg no REsp 1486517/RS](#), Rel. Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), SEGUNDA TURMA, DJE 12/05/2016; [REsp 1550509/RJ](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJE 14/03/2016; [AgRg no AREsp 651304/RS](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJE 03/02/2016; [AgRg no REsp 1517436/RS](#), Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJE 18/11/2015;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 579) (Vide Jurisprudência em Teses N. 59 - TEMA 1)

8. A ação de indenização por danos morais decorrente da inscrição indevida em cadastro de inadimplentes não se sujeita ao prazo quinquenal do art. 27 do CDC, mas ao prazo de 3 (três) anos, conforme previsto no art. 206, § 3º, V, do CC/2002.

Julgados: [AgRg no AREsp 731525/RS](#), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJE 01/07/2016; [AgRg no REsp 1365844/RS](#), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJE 14/12/2015; [AgRg no REsp 1303012/RS](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJE 01/08/2014; [AgRg no AREsp 127346/RS](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJE 16/05/2014; [AgRg no Ag 1418421/RS](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJE 13/08/2012; [REsp 1276311/RS](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJE 17/10/2011;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 571) (Vide Jurisprudência em Teses N. 59 - TEMA 1) (Vide Legislação Aplicada LEI 8.078/1990 - CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - Art. 27 e LEI 10.406/2002 - CÓDIGO CIVIL PARTE GERAL - Art. 206)

9. Considera-se abusiva a prática de limitar a liberdade de escolha do consumidor vinculando a compra de produto ou serviço à aquisição concomitante de outro produto ou serviço de natureza distinta e comercializado em separado, hipótese em que se configura a venda casada.

Julgados: [REsp 1331948/SP](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJE 05/09/2016; [REsp 1558086/SP](#), Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJE 15/04/2016; [REsp 1397870/MG](#), Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJE 10/12/2014; [REsp 969129/MG](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, DJE 15/12/2009; [REsp 384284/RS](#), Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJE 15/12/2009; [REsp 804202/MG](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJE 03/09/2008;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 553) (Vide Legislação Aplicada LEI 8.078/1990 - CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - Art. 39)

10. O Ministério Público é parte legítima para atuar em defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores.

Julgados: [AgRg no REsp 932994/RS](#), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJE 22/09/2016; [REsp 871172/SE](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJE 24/08/2016; [REsp 1254428/MG](#), Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJE 10/06/2016; [REsp 1537890/RJ](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJE 14/03/2016; [AgRg no REsp 1411444/SP](#), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJE 13/11/2015; [AgRg no AREsp 300270/MG](#), Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJE 24/09/2015;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 532) (Vide Jurisprudência em Teses N. 19 - TEMA 1) (Vide Legislação Aplicada LEI 8.078/1990 - CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - Art. 6º)

11. O Ministério Público tem legitimidade para ajuizar ação civil pública visando tutelar direitos dos consumidores relativos aos serviços públicos.

Julgados: [AgRg no REsp 1221289/PR](#), Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJE 16/08/2016; [REsp 929792/SP](#), Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJE 31/03/2016; [AgRg nos EDcl no REsp 1508524/SC](#), Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJE 16/03/2016; [REsp 1347910/SP](#), Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJE 12/02/2016; [AgRg no AREsp 255845/SP](#), Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJE 10/08/2015; [AgRg no AREsp 209779/RJ](#), Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJE 20/11/2013;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 448) (Vide Jurisprudência em Teses N. 19 - TEMA 4) (Vide Legislação Aplicada LEI 8.078/1990 - CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - Art. 82)

12. As normas do Código de Defesa do Consumidor são aplicáveis aos contratos do Sistema Financeiro de Habitação - SFH, desde que não vinculados ao Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS e posteriores à entrada em vigor da Lei n. 8.078/90.

Julgados: [AgRg no AREsp 538224/RS](#), Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJE 17/03/2016; [AgRg no REsp 1216391/RJ](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJE 20/11/2015; [AgRg no REsp 1334688/MS](#), Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJE 12/08/2015; [AgRg no REsp 1471367/PR](#), Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJE 20/03/2015; [AgRg no REsp 1464852/RS](#), Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJE 17/03/2015; [AgRg no AREsp 565836/AL](#), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJE 04/12/2014;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 311)

13. O Código de Defesa do Consumidor não é aplicável aos contratos locatícios regidos pela Lei n. 8.245/91.

Julgados: [REsp 1535727/RS](#), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJE 20/06/2016; [AgRg no AREsp 508335/SC](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJE 03/08/2015; [AgRg no AREsp 361005/MG](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJE 17/09/2013; [AgRg no AREsp 041062/GO](#), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJE 13/05/2013; [AgRg no AREsp 272955/RS](#), Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJE 25/03/2013; [AgRg no AREsp 111983/RS](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÓAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJE 28/08/2012;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 412) (Vide Jurisprudência em Teses N. 53 - TEMA 1)

14. Não incide o Código de Defesa do Consumidor nas relações jurídicas estabelecidas entre condomínio e condôminos.

Julgados: [AgRg no REsp 1096723/PR](#), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJE 14/04/2015; [AgRg no AREsp 506687/DF](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJE 20/02/2015; [REsp 860064/PR](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJE 02/08/2012; [AgRg no Ag 1307222/SP](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJE 12/08/2011; [AgRg no Ag 1122191/SP](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJE 01/07/2010; [RMS 017605/GO](#), Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJE 24/06/2010;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 297) (Vide Jurisprudência em Teses N. 68 - TEMA 1)

15. O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às entidades abertas de previdência complementar, não incidindo nos contratos previdenciários celebrados com entidades fechadas. (Súmula n. 563/STJ)

Julgados: [AgInt no REsp 1617166/SE](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJE 16/12/2016; [AgInt no AREsp 625910/DF](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJE 07/11/2016; [AgInt no REsp 1594441/RJ](#), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJE 07/11/2016; [AgRg no AgRg no AREsp 719067/RJ](#), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJE 28/10/2016; [AgInt no REsp 1388692/RS](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJE 10/10/2016; [EDcl no AgRg no REsp 1230249/RS](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJE 25/05/2016;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 571) (Vide Súmula Anotada N. 563/STJ) (Vide Pesquisa Pronta) (Vide Jurisprudência em Teses N. 71 - TEMA 1)

16. Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde. (Súmula n. 469/STJ).

Julgados: [REsp 1568244/RJ](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, DJE 19/12/2016; [AgRg no AREsp 862596/RJ](#), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJE 16/12/2016; [AgRg no AREsp 831660/CE](#), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJE 25/11/2016; [AgInt no AREsp 895723/RS](#), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJE 27/10/2016; [REsp 1392560/PE](#), Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJE 06/10/2016; [REsp 1330919/MT](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJE 18/08/2016;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 588) (Vide Súmula Anotada N. 469/STJ) (Vide Jurisprudência em Teses N. 2 - TEMA 1)

17. O Código de Defesa do Consumidor não se aplica ao contrato de plano de saúde administrado por entidade de autogestão, por inexistir relação de consumo.

Julgados: [REsp 1285483/PB](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, DJE 16/08/2016; [REsp 1121067/PR](#), Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, DJE 03/02/2012; [REsp 1563013/PB](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, Publicado em 07/12/2016; [AREsp 921295/SP](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, Publicado em 05/12/2016; [AREsp 785157/RJ](#) (decisão monocrática), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, Publicado em 09/11/2016;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 588)

18. É solidária a responsabilidade entre aqueles que veiculam publicidade enganosa e os que dela se aproveitam na comercialização de seu produto ou serviço.

Julgados: [REsp 1365609/SP](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJE 25/05/2015; [REsp 1391084/RJ](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJE 25/02/2014; [REsp 1364915/MG](#), Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJE 24/05/2013; [REsp 327257/SP](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJ 16/11/2004;

19. A diferenciação de preços para o pagamento em dinheiro, cheque ou cartão de crédito caracteriza prática abusiva no mercado de consumo.

Julgados: [REsp 1610813/ES](#), Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJE 26/08/2016; [REsp 1479039/MG](#), Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJE 16/10/2015; [REsp 1133410/RS](#), Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, DJE 07/04/2010; [AREsp 785337/ES](#) (decisão monocrática), Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, Publicado em 06/10/2016;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 571) (Vide Jurisprudência em Teses N. 62 - TEMA 1) (Vide Legislação Aplicada LEI 8.078/1990 - CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - Art. 39)

Edição n. 160 Brasília, 27 de novembro de 2020

As teses apresentadas foram elaboradas após pesquisa na base de dados de Jurisprudência do STJ atualizada até 13/11/2020.

Este periódico não é um repositório oficial de jurisprudência.

EDIÇÃO N. 160: DIREITO DO CONSUMIDOR - IV

1. Na ação consumerista, o Ministério Público faz jus à inversão do ônus da prova, independentemente daqueles que figurem como autores ou réus da demanda.

Julgados: [AgInt no AREsp 1017611/AM](#), Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 02/03/2020; [AgInt no AREsp 1283969/RS](#), Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 02/04/2019; [AgInt no AREsp 222660/MS](#), Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe 19/12/2017; [REsp 1554153/RS](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 01/08/2017; [REsp 1235467/RS](#), Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 17/11/2016; [AgRg no REsp 1526946/RN](#), Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 24/09/2015;

2. A ausência de comunicação acerca da disponibilização/comercialização de informações pessoais do consumidor em bancos de dados configura dano moral presumido (*in re ipsa*).

Julgados: [REsp 1758799/MG](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 19/11/2019;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 660)

3. O clube de turismo e a rede conveniada de hotéis são responsáveis solidariamente pelo padrão de atendimento e pela qualidade dos serviços prestados, em razão da indissociabilidade entre as obrigações de fazer assumidas pela empresa e pelo hotel credenciado (art. 34 do CDC).

Julgados: [REsp 1378284/PB](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 07/03/2018;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 620)

4. É possível a flexibilização da orientação contida na Súmula n. 385/STJ, para reconhecer dano moral decorrente de inscrição indevida do nome do consumidor em cadastro restritivo de crédito, quando existentes nos autos elementos aptos a demonstrar a ilegitimidade da preexistente anotação.

Julgados: [AgInt no AREsp 1614325/SP](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 03/09/2020; [AgInt no AgInt no AREsp 1609271/MG](#), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 01/09/2020; [AgInt no REsp 1713376/SP](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 06/03/2020; [REsp 1704002/SP](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 13/02/2020; [AgInt no AREsp 1198706/SP](#), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 16/04/2019; [AgInt no AREsp 1058050/SP](#), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 07/03/2018;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 665)

5. A pretensão indenizatória do consumidor de receber ressarcimento por prejuízos decorrentes de vício no imóvel se submete ao prazo prescricional previsto no art. 205 do Código Civil.

Julgados: [AgInt no REsp 1788020/PB](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 16/10/2020; [AgInt no REsp 1863245/SP](#), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe 27/08/2020; [AgInt no AgInt no REsp 1783556/SP](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 28/05/2020; [REsp 1819058/SP](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 05/12/2019; [REsp 1903373/SP](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, publicado em 29/10/2020; [REsp 1890349/SP](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, publicado em 23/09/2020;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 620)

6. O serviço prestado por laboratórios na realização de exames médicos em geral, a exemplo do teste genético para fins de investigação de paternidade e do HIV, está sujeito às disposições do Código de Defesa do Consumidor.

Julgados: [AgInt no REsp 1830752/RJ](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 03/08/2020; [REsp 1700827/PR](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 08/11/2019; [REsp 1441463/RJ](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 15/03/2019; [AgInt no AgInt no AREsp 902796/RJ](#), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 12/12/2017; [REsp 1653134/SP](#), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 23/10/2017; [AgRg no AREsp 333561/DF](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 24/02/2015;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 660)

7. A operadora do plano de saúde, na condição de fornecedora de serviço, responde solidariamente perante o consumidor pelos defeitos em sua prestação, seja quando os fornece por meio de hospital próprio e médicos contratados ou por meio de médicos e hospitais credenciados.

Julgados: [AgInt no AgInt no AREsp 998394/SP](#), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 29/10/2020; [AgInt no AREsp 1416077/RJ](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 21/08/2020; [AgInt no AREsp 1616998/SP](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 26/06/2020; [AgInt no AREsp 1590763/RJ](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 31/03/2020; [REsp 1769520/SP](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 24/05/2019; [AgInt no AREsp 1118871/SP](#), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 10/09/2018;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 666) (Vide Jurisprudência em Teses N. 4 - TEMA 2)

8. O Código de Defesa do Consumidor - CDC, em regra, é inaplicável aos contratos administrativos, tendo em vista as prerrogativas já asseguradas pela lei à administração pública.

Julgados: [REsp 1745415/SP](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 21/05/2019; [RMS 31073/TO](#), Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 08/09/2010; [AREsp 1192397/PR](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, publicado em 20/08/2019; [REsp 1661184/DF](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, publicado em 16/05/2017; [REsp 1364471/ES](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, publicado em 21/05/2013;

9. Em situações excepcionais, a administração pública pode ser considerada consumidora de serviços (art. 2º do CDC) por ser possível reconhecer sua vulnerabilidade, mesmo em relações contratuais regidas, preponderantemente, por normas de direito público, e por se aplicarem aos contratos administrativos, de forma supletiva, as normas de direito privado (art. 54 da Lei n. 8.666/1993).

Julgados: [REsp 1772730/DF](#), Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 16/09/2020; [RMS 31073/TO](#), Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 08/09/2010;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 444)

10. O Código de Defesa do Consumidor é inaplicável a contrato acessório de contrato administrativo, pois não se origina de uma relação de consumo.

Julgados: [REsp 1745415/SP](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 21/05/2019;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 649)

Edição n. 161 Brasília, 11 de dezembro de 2020

As teses apresentadas foram elaboradas após pesquisa na base de dados de Jurisprudência do STJ atualizada até 27/11/2020.

Este periódico não é um repositório oficial de jurisprudência.

EDIÇÃO N. 161: DIREITO DO CONSUMIDOR - V

1. Nos contratos bancários posteriores ao início da vigência da Resolução-CMN n. 3. 518/2007, em 30/4/2008, pode ser cobrada a tarifa de cadastro no início do relacionamento entre o consumidor e a instituição financeira. (Súmula n. 566/STJ)

Julgados: [AgInt no REsp 1812555/MG](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 09/12/2019; [AgRg no AREsp 809862/RS](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 13/10/2017; [AgInt no REsp 1661876/MS](#), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 05/09/2017; [AgRg no AREsp 767870/SP](#), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe 15/12/2016; [AgInt no AgRg no AREsp 686429/RS](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 10/11/2016; [AgInt no AREsp 928346/RS](#), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 03/10/2016; [REsp 1251331/RS](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 24/10/2013;

(Vide Súmula Anotada N. 566/STJ) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto)

2. É abusiva a cláusula contratual que restringe a responsabilidade de instituição financeira pelos danos decorrentes de roubo, furto ou extravio de bem entregue em garantia no âmbito de contrato de penhor civil. (Súmula n. 638/STJ)

Julgados: [REsp 1369579/PR](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 23/11/2017; [REsp 1227909/PR](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 23/09/2015; [REsp 1155395/PR](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 29/10/2013; [REsp 1840763/PR](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, publicado em 30/10/2019; [REsp 1475689/SP](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, publicado em 15/05/2018; [AgRg no REsp 1475280/SP](#) (decisão monocrática), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, publicado em 15/09/2016;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 529) (Vide Súmula Anotada N. 638/STJ)

3. Aplica-se o prazo prescricional do art. 27 do CDC às ações de repetição de indébito por descontos indevidos decorrentes de defeito na prestação do serviço bancário.

Julgados: [AgInt no AREsp 1720909/MS](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 24/11/2020; [AgInt no AREsp 1673611/RS](#), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 22/09/2020; [AgInt no REsp 1830015/PR](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 13/03/2020; [AgInt no AREsp 1409321/MS](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 30/08/2019; [AgInt no AREsp 1372834/MS](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 29/03/2019; [AREsp 1711382/PR](#) (decisão monocrática), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, publicado em 24/09/2020;

4. Nas ações de repetição de indébito por defeito do serviço bancário (art. 27 do CDC), o termo inicial da contagem do prazo prescricional é a data em que ocorreu a lesão ou pagamento.

Julgados: [AgInt no REsp 1799862/MS](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 05/08/2020; [AgInt no AREsp 1479916/MS](#), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 16/03/2020; [AgInt no REsp 1830015/PR](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 13/03/2020; [AgInt no AREsp 1409321/MS](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 30/08/2019; [AgInt no AREsp 1481507/MS](#), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe 28/08/2019; [AgInt no AREsp 1407692/MS](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 02/05/2019;

5. Não há relação de consumo entre a instituição financeira e a pessoa jurídica que busca financiamento bancário ou aplicação financeira para ampliar o capital giro ou fomentar atividade produtiva.

Julgados: [AgInt no REsp 1667374/MA](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 23/08/2019; [AgInt no AREsp 555083/SP](#), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 01/07/2019; [AgInt no AREsp 1331871/SC](#), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 22/03/2019; [AgRg no REsp 1351745/SP](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 07/08/2015; [AREsp 1713730/DF](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, publicado em 02/12/2020; [AREsp 1441048/SP](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, publicado em 13/11/2020;

6. As normas do Código de Defesa do Consumidor são aplicáveis às atividades de cooperativas que são equiparadas àquelas típicas de instituições financeiras.

Julgados: [AgInt nos EAREsp 1302248/PR](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 29/10/2020; [AgInt no AREsp 1361406/PR](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 11/04/2019; [AREsp 1681562/RJ](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, publicado em 02/09/2020;

7. A ocorrência de fortuito externo afasta responsabilidade civil objetiva das instituições financeiras, por não caracterizar vício na prestação do serviço.

Julgados: [REsp 1487050/RN](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 04/02/2020; [REsp 1557323/PR](#), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 15/02/2018; [REsp 1621868/SP](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 18/12/2017; [AREsp 1565550/RJ](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, publicado em 10/08/2020; [AREsp 1544152/SP](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, publicado em 22/10/2019; [AREsp 1415014/SP](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, publicado em 06/02/2019;

8. As instituições financeiras são responsáveis por reparar os danos sofridos pelo consumidor que tenha o cartão de crédito roubado, furtado ou extraviado e que venha a ser utilizado indevidamente, ressalvada as hipóteses de culpa exclusiva do consumidor ou de terceiros.

Julgados: [REsp 1737411/SP](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 12/04/2019; [AgInt no AREsp 1147873/RS](#), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 13/03/2018; [EDcl no REsp 1316348/RS](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 26/09/2014; [REsp 1537589/SP](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, publicado em 16/04/2020; [AgInt no AREsp 1595880/SP](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, publicado em 26/02/2020; [AREsp 1492327/RS](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, publicado em 29/10/2019;

(Vide Informativos de Jurisprudência N. 484 e 426)

9. As entidades bancárias são responsáveis pelos prejuízos resultantes de investimentos malsucedidos quando houver defeito na prestação do serviço de informação/conscientização dos riscos envolvidos na operação.

Julgados: [REsp 1326592/GO](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 06/08/2019; [REsp 1606775/SP](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 15/12/2016; [AgRg no AREsp 658608/ES](#), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 17/08/2015; [REsp 656932/SP](#), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 02/06/2014; [REsp 1131073/MG](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 13/06/2011;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 653)

10. As regras do CDC não se aplicam aos contratos firmados no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil - FIES, pois não se trata de serviço bancário, mas de programa governamental custeado pela União.

Julgados: [AgInt no REsp 1876497/SP](#), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 29/10/2020; [REsp 1814823/RS](#), Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 01/07/2019; [AgRg no REsp 1230711/RS](#), Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Rel. p/ Acórdão Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 15/02/2016; [REsp 1526984/SP](#), Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 24/11/2015; [AREsp 1421313/GO](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, publicado em 14/10/2020; [REsp 1379791/RS](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, publicado em 28/02/2020;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 216) (Vide Pesquisa Pronta)

Edição n. 162 Brasília, 29 de janeiro de 2021

As teses apresentadas foram elaboradas após pesquisa na base de dados de Jurisprudência do STJ atualizada até 04/12/2020.

Este periódico não é um repositório oficial de jurisprudência.

EDIÇÃO N. 162: DIREITO DO CONSUMIDOR - VI

1. É suficiente para a aplicação da teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica (art. 28, § 5º, do CDC) a existência de obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.

Julgados: [AgInt no AREsp 1580638/DF](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 05/06/2020; [AgInt no AREsp 1560415/DF](#), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 01/04/2020; [AgInt no AREsp 1575588/RJ](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 05/03/2020; [REsp 1766093/SP](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 28/11/2019; [AgInt no AREsp 1518388/MG](#), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 21/11/2019; [AgInt no AREsp 1439557/SP](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 24/09/2019;

(Vide Legislação Aplicada LEI 8.078/1990 - CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR REVISADO - Art. 28 § 5º)

2. A desconsideração da personalidade jurídica de sociedade cooperativa, com fundamento no art. 28, § 5º, do CDC (teoria menor), não pode atingir o patrimônio pessoal de membros do Conselho Fiscal sem que haja a mínima presença de indícios de que estes contribuíram, ao menos culposamente, e com desvio de função, para a prática de atos de administração.

Julgados: [REsp 1766093/SP](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 28/11/2019;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 661)

3. Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos relativos a aplicações em fundos de investimento celebrados entre instituições financeiras e seus clientes.

Julgados: [AgInt no AREsp 1525807/RJ](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 20/11/2019; [REsp 1326592/GO](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 06/08/2019; [AgInt no REsp 1455407/SP](#), Rel. Ministra ASSUETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 09/10/2018; [AgRg no Ag 1140811/RJ](#), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 26/02/2016; [AREsp 488453/ES](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, publicado em 14/08/2018;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 541)

4. É ilícito o investimento de risco realizado pela instituição financeira sem autorização expressa do correntista, nos termos dos arts. 6º, III, e 39, III e VI, ambos do Código de Defesa do Consumidor, sendo cabível a indenização por danos materiais e morais decorrentes da operação realizada.

Julgados: [REsp 1326592/GO](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 06/08/2019; [AgRg no REsp 1055415/AC](#), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 12/06/2013; [AgRg no REsp 1194699/TO](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 29/05/2012; [REsp 1131073/MG](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 13/06/2011;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 653)

5. A instituição financeira responde por vício na qualidade do produto ao emitir comprovantes de suas operações por meio de papel termossensível (papel térmico).

Julgados: [REsp 1414774/RJ](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 05/06/2019;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 650)

6. É abusiva e ilegal cláusula prevista em contrato de prestação de serviços de cartão de crédito que autoriza o banco contratante a compartilhar dados dos consumidores com outras entidades financeiras ou mantenedoras de cadastros positivos e negativos de consumidores, sem que haja opção de discordar daquele compartilhamento, por desrespeitar os princípios da transparência e da confiança.

Julgados: [REsp 1348532/SP](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 30/11/2017; [REsp 1744667/RJ](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, publicado em 11/02/2020; [REsp 1678732/SP](#) (decisão monocrática), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, publicado em 12/08/2019;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 616)

7. A responsabilidade da instituição financeira deve ser afastada quando o evento danoso decorre de transações realizadas com a apresentação física do cartão original e mediante uso de senha pessoal do correntista.

Julgados: [AgInt no AREsp 1692930/SP](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 01/10/2020; [AgInt no REsp 1855695/DF](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 27/08/2020; [REsp 1676090/RS](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 03/09/2019; [AgInt no AREsp 1399771/MG](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 08/04/2019; [AgInt no AREsp 1005026/MS](#), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 06/12/2018; [AgInt no AREsp 1295277/PR](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 30/10/2018;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 225) (Vide Pesquisa Pronta)

8. Nos contratos de locação de cofre particular, não se revela abusiva a cláusula limitativa de valores e de objetos a serem armazenados, sobre os quais recairá a obrigação de guarda e de proteção do banco locador.

Julgados: [AgInt nos EDcl no AREsp 1206017/SP](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 27/11/2019; [AgInt no REsp 1676589/SP](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 27/06/2019; [AgInt no AREsp 772822/SP](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 11/09/2018; [AgInt no AREsp 1268514/SP](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 24/08/2018; [REsp 1163137/SP](#), Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, DJe 03/02/2011; [REsp 1724764/SP](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, publicado em 16/12/2020;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 460)

9. O banco não é responsável por fraude em compra on-line paga via boleto de produto não recebido, uma vez que a instituição financeira não pertence à cadeia de fornecimento nem apresentou falha em sua prestação de serviço.

Julgados: [REsp 1786157/SP](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 05/09/2019;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 656)

10. A legislação consumerista impede a adoção prévia e compulsória da arbitragem no momento da celebração do contrato, mas não proíbe que, posteriormente, em face de eventual litígio, havendo consenso entre as partes, seja instaurado o procedimento arbitral.

Julgados: [REsp 1854483/GO](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 16/09/2020; [AgInt no AgInt no AREsp 1602729/MT](#), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 17/08/2020; [AgInt no REsp 1859707/RJ](#), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 03/08/2020; [AgInt no AREsp 1390057/SP](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 18/02/2020; [AgInt no AREsp 1192648/GO](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 04/12/2018; [REsp 1189050/SP](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 14/03/2016;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 591) (Vide Jurisprudência em Teses N. 122 - TEMA 11)

11. É lícita a estipulação de cláusula de fidelização em contrato de serviços de telecomunicação, considerando-se os benefícios concedidos pelas operadoras aos assinantes, assim como a necessidade de garantir um retorno mínimo do investimento realizado pela empresa.

Julgados: [REsp 1362084/RJ](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 01/08/2017; [REsp 1445560/MG](#), Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 18/08/2014; [REsp 1097582/MS](#), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 08/04/2013; [AgRg no AREsp 253609/RS](#), Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 05/02/2013; [AgRg no REsp 1204952/DF](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 20/08/2012; [REsp 1297917/RJ](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, publicado em 03/05/2018;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 515) (Vide Pesquisa Pronta)

12. O Código de Defesa do Consumidor não se aplica à relação jurídica instaurada entre postos de combustível e distribuidores, pois aqueles não se enquadram no conceito de consumidor final, estabelecido no art. 2º da referida lei.

Julgados: [AgInt no AgInt no AREsp 1136463/PR](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 03/10/2019; [AgInt no Ag 1350235/PR](#), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 14/12/2017; [REsp 1338432/SP](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 29/11/2017;

Edição n. 163 Brasília, 12 de fevereiro de 2021

As teses apresentadas foram elaboradas após pesquisa na base de dados de Jurisprudência do STJ atualizada até 18/12/2020.

Este periódico não é um repositório oficial de jurisprudência.

EDIÇÃO N. 163: DIREITO DO CONSUMIDOR - VII

1. O Código de Defesa do Consumidor é aplicável aos empreendimentos habitacionais promovidos pelas sociedades cooperativas. (Súmula n. 602/STJ).

Julgados: [AgInt no AREsp 1581700/SP](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 13/08/2020; [AgInt no AREsp 1266376/SP](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 04/06/2019; [REsp 1735004/SP](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 29/06/2018; [AgInt no AREsp 326560/SP](#), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 27/09/2017; [AgInt no AREsp 1034624/SP](#), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 28/06/2017; [AgInt no AREsp 916969/SP](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 20/06/2017;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 343) (Vide Súmula Anotada N. 602/STJ) (Vide Pesquisa Pronta)

2. Na hipótese de resolução de contrato de promessa de compra e venda de imóvel submetido ao Código de Defesa do Consumidor, deve ocorrer a imediata restituição das parcelas pagas pelo promitente comprador - integralmente, em caso de culpa exclusiva do promitente vendedor/construtor, ou parcialmente, caso tenha sido o comprador quem deu causa ao desfazimento. (Súmula n. 543/STJ)

Julgados: [AgInt no AREsp 1702930/GO](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 18/12/2020; [AgInt no AREsp 1744372/MS](#), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 14/12/2020; [AgInt no REsp 1812710/SP](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 03/12/2020; [AgInt no REsp 1776797/RO](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 24/09/2020; [AgInt no REsp 1733026/RJ](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 10/06/2020; [REsp 156334/MG](#), Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA TURMA, DJ 26/04/1999 p. 50;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 533) (Vide Súmula Anotada N. 543/STJ) (Vide Pesquisa Pronta) (Vide Jurisprudência em Teses N. 110 - TEMA 6) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto)

3. É válida a cláusula contratual que transfere ao promitente-comprador a obrigação de pagar a comissão de corretagem nos contratos de promessa de compra e venda de unidade autônoma em regime de incorporação imobiliária, desde que previamente informado o preço total da aquisição da unidade autônoma, com o destaque do valor da comissão de corretagem. (Tese julgada sob o rito do art. 1036 do CPC/2015 - TEMA 938 (iii))

Julgados: [AgInt nos EDcl no REsp 1837095/SP](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 27/11/2020; [AgInt no REsp 1886167/SP](#), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe 22/10/2020; [AgInt no AREsp 1671125/SP](#), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 28/08/2020; [AgInt no REsp 1865666/SP](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 05/08/2020; [AgInt na Rcl 39335/SP](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 13/05/2020; [REsp 1551951/SP](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 06/09/2016;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 589) (Vide Jurisprudência em Teses N. 110 - TEMA 9) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto)

4. Não é abusiva a cláusula de tolerância nos contratos de promessa de compra e venda de imóvel em construção que prevê prorrogação do prazo inicial para a entrega da obra pelo lapso máximo de 180 (cento e oitenta) dias, desde que observado o direito de informação ao consumidor.

Julgados: [AgInt no REsp 1869783/SP](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 14/12/2020; [AgInt nos EDcl no REsp 1702692/RJ](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 03/12/2020; [AgInt no AREsp 1419022/SP](#), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 09/10/2020; [AgInt no REsp 1692891/SP](#), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 12/09/2019; [REsp 1890642/SP](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, publicado em 28/09/2020;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 612)

5. A recusa de cobertura securitária, sob a alegação de doença preexistente, é ilícita se não houve a exigência de exames médicos prévios à contratação ou a demonstração de má-fé do segurado. (Sumula n. 609/STJ)

Julgados: [AgInt no AREsp 1722471/MT](#), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 30/11/2020; [AgInt no AREsp 1600056/PR](#), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe 16/11/2020; [AgInt no AREsp 1641645/SP](#), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 09/09/2020; [AgInt no AREsp 1542090/MS](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 11/02/2020; [AgInt no REsp 1458521/PE](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 24/09/2019; [AgInt no AREsp 1355356/PR](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 27/08/2019;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 529) (Vide Súmula Anotada N. 609/STJ) (Vide Jurisprudência em Teses N. 98 - TEMA 2 e N. 10 - TEMA 1)

6. A cláusula contratual de plano de saúde que prevê carência para utilização dos serviços de assistência médica nas situações de emergência ou de urgência é considerada abusiva se ultrapassado o prazo máximo de 24 horas contado da data da contratação. (Súmula n. 597/STJ)

Julgados: [AgInt no AREsp 1656556/SP](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 15/09/2020; [AgInt no AREsp 1657633/SP](#), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 14/08/2020; [AgInt no AREsp 1484262/SP](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 03/08/2020; [AgInt no AREsp 1543383/SP](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 26/03/2020;

(Vide Súmula Anotada N. 597/STJ) (Vide Pesquisa Pronta)

7. É abusiva a negativa de cobertura para tratamento de emergência ou urgência do segurado mesmo sob o argumento de necessidade de cumprimento do período de carência, sendo devida a reparação por danos morais.

Julgados: [AgInt no AREsp 1656556/SP](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 15/09/2020; [AgInt no AREsp 1573989/MG](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 28/08/2020; [AgInt no AREsp 1657633/SP](#), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 14/08/2020; [AgInt no AREsp 1543383/SP](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 26/03/2020; [AgInt no AREsp 1396523/DF](#), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 09/04/2019; [AgInt no REsp 1709670/DF](#), Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, DJe 22/08/2018;

(Vide Súmula Anotada N. 597/STJ) (Vide Pesquisa Pronta)

8. Na ausência de previsão contratual expressa, impõe-se o afastamento do dever de custeio da fertilização *in vitro* pela operadora do plano de saúde, por não se tratar de hipótese de cobertura obrigatória.

Julgados: [AgInt no REsp 1876507/SP](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 21/10/2020; [AgInt no REsp 1857075/PR](#), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 24/09/2020; [AgInt no REsp 1818694/SP](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 09/09/2020; [AgInt no REsp 1853807/RO](#), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 28/05/2020; [AgInt no REsp 1794214/SP](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 21/05/2020; [AgInt no AREsp 1110938/SP](#), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 14/05/2020;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 666) (Vide Pesquisa Pronta) (Vide Jurisprudência em Teses N. 143 - TEMA 4)

9. A ausência de informação qualificada quanto aos possíveis efeitos colaterais e reações adversas de medicação configura defeito do produto, conforme disposto no art. 12, § 1º, II, do CDC, ocasionando responsabilidade objetiva do fabricante/fornecedor

Julgados: [REsp 1774372/RS](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 18/05/2020; [REsp 1599405/SP](#), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 17/04/2017;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 671)

10. Não se aplica o Código de Defesa do Consumidor - CDC aos contratos de plano de seguro de saúde de reembolso de despesas médico-hospitalares destinados à fruição dos empregados do empregador contratante, pois, dentro do pacote de retribuição e de benefícios ofertado, a relação do contratante-empregador com a seguradora é comercial.

Julgados: [AgInt no REsp 1835854/SP](#), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe 27/11/2019; [AgInt no REsp 1357183/SP](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 13/02/2017; [REsp 1102848/SP](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, DJe 25/10/2010; [REsp 1903966/SP](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, publicado em 01/12/2020; [AREsp 1436919/SP](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, publicado em 02/06/2020; [AREsp 1154038/SP](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, publicado em 26/09/2017;

Edição n. 164 Brasília, 26 de fevereiro de 2021

As teses apresentadas foram elaboradas após pesquisa na base de dados de Jurisprudência do STJ atualizada até 05/02/2021.

Este periódico não é um repositório oficial de jurisprudência.

EDIÇÃO N. 164: DIREITO DO CONSUMIDOR - VIII

1. As agências de turismo não respondem solidariamente pela má prestação do serviço de transporte aéreo na hipótese de compra e venda de passagens sem a comercialização de pacotes de viagens.

Julgados: [AgRg no REsp 1453920/CE](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 15/12/2014; [REsp 758184/RR](#), Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUARTA TURMA, DJ 06/11/2006 p. 332; [REsp 1857100/RO](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, publicado em 01/06/2020; [REsp 1791010/RO](#) (decisão monocrática), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, publicado em 18/03/2019; [AREsp 1401753/SP](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, publicado em 13/02/2019;

2. Configura defeito do serviço, a ausência de informação adequada e clara pelas empresas aéreas e agências de viagem aos consumidores, quanto à necessidade de obtenção de visto (consular ou trânsito) ou de compra de passagem aérea de retorno ao país de origem para a utilização do serviço contratado.

Julgados: [REsp 1799365/MG](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 01/10/2019; [REsp 988595/SP](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 09/12/2009;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 416)

3. A ausência de condições dignas de acessibilidade de pessoa com deficiência ao interior da aeronave configura má prestação do serviço e enseja a responsabilidade da empresa aérea pela reparação dos danos causados (art. 14 da Lei n. 8.078/1990).

Julgados: [REsp 1611915/RS](#), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 04/02/2019; [AREsp 1475932/ES](#) (decisão monocrática), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, publicado em 17/06/2019;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 642)

4. O atraso ou cancelamento de voo pela companhia aérea não configura dano moral presumido (*in re ipsa*), sendo necessária a demonstração, por parte do passageiro, da ocorrência de lesão extrapatrimonial.

Julgados: [AgInt no AREsp 1520449/SP](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 16/11/2020; [AgInt no AREsp 1570877/SP](#), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe 01/07/2020; [REsp 1796716/MG](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 29/08/2019; [AgInt no AREsp 1296620/SP](#), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 30/05/2019; [AgInt no AREsp 1064866/SP](#), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 26/06/2018; [AgInt no AREsp 1228249/DF](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 19/06/2018; [AgRg no REsp 1546645/SP](#), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 01/02/2017; [AgRg no AREsp 764125/MG](#), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 03/02/2016;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 638)

5. É abusiva a prática comercial consistente no cancelamento unilateral e automático de um dos trechos da passagem aérea, em virtude da não apresentação do passageiro para embarque no voo antecedente (*no show*), configurando dano moral.

Julgados: [AgInt no AREsp 1447599/RJ](#), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 27/06/2019; [AgInt no AREsp 1336618/RJ](#), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe 02/05/2019; [REsp 1595731/RO](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 01/02/2018; [REsp 1906573/DF](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, publicado em 18/12/2020; [REsp 1872887/SP](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, publicado em 30/09/2020; [AREsp 1665247/GO](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, publicado em 28/09/2020;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 618) (Vide Pesquisa Pronta)

6. As indenizações por danos morais envolvendo transporte aéreo internacional de passageiros não estão submetidas à tarifação prevista nas normas e nos tratados internacionais, devendo-se observar, nesses casos, a efetiva reparação do consumidor preceituada pelo Código de Defesa do Consumidor - CDC.

Julgados: [REsp 1842066/RS](#), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe 15/06/2020; [REsp 1863697/RS](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, publicado em 12/11/2020; [REsp 1896762/DF](#) (decisão monocrática), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, publicado em 26/10/2020;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 673) (Vide Repercussão Geral - Tema 210)

7. As normas e os tratados internacionais limitadores da responsabilidade das transportadoras aéreas de passageiros prevalecem sobre o Código de Defesa do Consumidor nas hipóteses de indenização por danos materiais.

Julgados: [REsp 1842066/RS](#), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe 15/06/2020; [REsp 1707876/SP](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 18/12/2017; [AREsp 1718766/MG](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, publicado em 01/12/2020; [REsp 1863697/RS](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, publicado em 12/11/2020; [AREsp 1497523/RS](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, publicado em 30/10/2019;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 626) (Vide Repercussão Geral - Tema 210)

8. Não é abusiva a cobrança de uma diária completa de 24 horas em hotéis, pois os serviços de limpeza e organização do espaço de repouso estão abrangidos pelo contrato de hospedagem, razão pela qual a garantia de acesso aos quartos pelo período integral da diária não é razoável nem proporcional.

Julgados: [REsp 1734750/SP](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 12/04/2019; [REsp 1717111/SP](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 15/03/2019;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 644)

9. O provedor de buscas de produtos voltado ao comércio eletrônico que não realiza qualquer intermediação entre consumidor e vendedor não pode ser responsabilizado por vício de mercadoria ou inadimplemento contratual.

Julgados: [AgInt no AREsp 644992/DF](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 17/11/2016; [REsp 1444008/RS](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 09/11/2016; [REsp 1740942/RS](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, publicado em 30/04/2019; [REsp 1502610/SP](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, publicado em 01/04/2019; [AREsp 1200653/SP](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, publicado em 03/04/2018; [AREsp 1225274/SP](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, publicado em 22/02/2018;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 593)

10. É válida a intermediação, pela *internet*, da venda de ingressos para eventos culturais e de entretenimento mediante cobrança de "taxa de conveniência", desde que o consumidor seja previamente informado do preço total da aquisição do ingresso, com o destaque do valor da referida taxa.

Julgados: [EDcl no REsp 1737428/RS](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 19/11/2020;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 683)

Edição n. 165 Brasília, 12 de março de 2021

As teses apresentadas foram elaboradas após pesquisa na base de dados de Jurisprudência do STJ atualizada até 12/02/2021.

Este periódico não é um repositório oficial de jurisprudência.

EDIÇÃO N. 165: DIREITO DO CONSUMIDOR - IX

1. A condenação por danos a mercadoria ou carga em transporte aéreo internacional está sujeita aos limites previstos nas convenções e tratados internacionais, sendo inaplicável o Código de Defesa do Consumidor - CDC.

Julgados: [AgInt nos EDcl no AREsp 1605415/SP](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 19/11/2020; [AgInt nos EDcl no REsp 1790981/SP](#), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 01/09/2020; [AgInt no REsp 1548248/RJ](#), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe 18/12/2019; [AgRg no Ag 957245/RJ](#), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 17/09/2019; [AgInt no REsp 1782487/SP](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 25/06/2019; [AgInt no AREsp 1273173/SP](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 19/12/2018;

(Vide Repercussão Geral - Tema 210)

2. A depender do caso, o erro grosseiro de carregamento no sistema de preços e a rápida comunicação ao consumidor podem afastar a falha na prestação do serviço e o princípio da vinculação da oferta.

Julgados: [REsp 1794991/SE](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 11/05/2020;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 671)

3. A ausência de informação relativa ao preço, por si só, não caracteriza publicidade enganosa.

Julgados: [REsp 1705278/MA](#), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 02/12/2019; [REsp 1428801/RJ](#), Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 13/11/2015; [REsp 1057483/SP](#), Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, DJe 24/04/2013; [EDcl no REsp 1159799/SP](#), Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 18/10/2011;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 663)

4. É possível o redirecionamento da condenação de veicular contrapropaganda imposta a posto de gasolina matriz à sua filial, respondendo esta pela prática de propaganda enganosa ou abusiva ao consumidor (art. 60 da Lei n. 8.078/1990).

Julgados: [REsp 1655796/MT](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 20/02/2020;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 665)

5. É abusiva a publicidade de alimentos direcionada, de forma explícita ou implícita, ao público infantil.

Julgados: [REsp 1613561/SP](#), Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 01/09/2020; [REsp 1558086/SP](#), Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 15/04/2016;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 679)

6. Constitui prática comercial abusiva e propaganda enganosa o lançamento de dois modelos diferentes para o mesmo automóvel, no mesmo ano, ambos anunciados como novo modelo para o próximo ano.

Julgados: [REsp 871172/SE](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 24/08/2016; [REsp 1342899/RS](#), Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJe 09/09/2013; [AREsp 1229253/RS](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, publicado em 05/09/2018;

7. Inexiste a obrigação legal de se inserir nos rótulos dos vinhos informações acerca da quantidade de sódio ou de calorias (valor energético) presente no produto.

Julgados: [REsp 1605489/SP](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 18/10/2016;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 592)

8. A inserção de cartões informativos, *inserts* ou *onserts*, no interior das embalagens de cigarros não constitui prática de publicidade abusiva apta a caracterizar dano moral coletivo, por não transmitir nenhum elemento de persuasão ao consumidor.

Julgados: [REsp 1703077/SP](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe 15/02/2019;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 642)

9. Configura dano moral coletivo *in re ipsa* a exploração de jogos de azar, por constituir atividade ilegal da qual resultam relações de consumo que transcendem os interesses individuais dos frequentadores das casas de jogo.

Julgados: [REsp 1567123/RS](#), Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 28/08/2020; [AgInt no REsp 1342846/RS](#), Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 26/03/2019; [REsp 1509923/SP](#), Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 22/10/2015;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 678)

10. É abusiva, por falha no dever geral de informação ao consumidor (art. 6º, III, do CDC), cláusula de contrato de seguro limitativa da cobertura apenas a furto qualificado que deixa de esclarecer o significado e o alcance do termo técnico-jurídico específico e a situação referente ao furto simples.

Julgados: [AgInt no AREsp 1369769/SP](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 25/03/2020; [REsp 1837434/SP](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 05/12/2019; [AgInt no AREsp 1408142/SP](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 25/06/2019; [REsp 1352419/SP](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 08/09/2014; [REsp 1293006/SP](#), Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, DJe 29/06/2012; [REsp 1900065/SP](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, publicado em 02/12/2020; [REsp 1842604/MG](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, publicado em 02/12/2019;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 500)

11. Em ação redibitória, o consumidor que teve restituição do valor pago pelo fornecedor deve devolver o bem considerado inadequado ao uso.

Julgados: [REsp 1823284/SP](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 15/10/2020;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 681)

12. O estabelecimento comercial responde pela reparação de danos sofridos pelo consumidor vítima de crime ocorrido no *drive-thru*.

Julgados: [REsp 1450434/SP](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 09/11/2018;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 637)

13. Nos contratos de telecomunicação com previsão de permanência mínima, é abusiva a cobrança integral da multa rescisória de fidelização, que deve ser calculada de forma proporcional ao período de carência remanescente.

Julgados: [REsp 1488284/PE](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 24/08/2018; [REsp 1362084/RJ](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 01/08/2017;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 608)